

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

CORRESPONDÊNCIA

RECEBIDA EM

18/02/2002

às 14:40 horas

Edna

MENSAGEM N.º 02/2002, DE 15-02-2002

Exm.º Sr.
Vereador Geraldo Bicalho Calçado
Presidente da Câmara Municipal de Ubá
Nesta

A C.L.T.R. com cópia aos Vereadores
Rosa Araújo, Vitorino Baixo, Jamair Jucá,
Rosângela Alencar. Ubá, 18/02/2002


Vereador Geraldo Bicalho Calçado
Presidente da Câmara

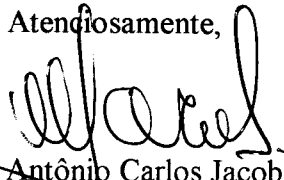
Senhor Presidente,

Em atenção à atual circunstância contábil em que se encontram os municípios obrigados a cumprir a consolidação dos balanços e orçamentos, em vista da adequação da legislação municipal às novas normas federais, principalmente no que se refere à consolidação das contas para atender às Portarias Federais STN e SOF 59, 113, 163, 180 com suas respectivas alterações, apresentamos a V.Ex.ª, para tramitação e votação da egrégia Câmara Municipal de Ubá, o Projeto de Lei anexo que altera a Lei Municipal n.º 2.185 de 13 de setembro de 1991, que visa a normatizar as operações contábeis do Fundo Municipal de Saúde, cuja contabilidade, a partir do orçamento aprovado para o exercício de 2002, passou a integrar a da Prefeitura Municipal como uma Subunidade Orçamentária.

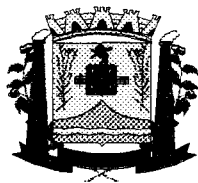
Há de se considerar, também, na análise da presente matéria, que o Fundo Municipal de Saúde se compõe atualmente de contabilidade própria sem que tenha a personalidade jurídica própria. Além disso, o orçamento para o exercício de 2002 já se encontra devidamente adequado à legislação federal e isso impõe a necessidade de adequação da legislação municipal atual, em vista da consolidação dos balanços na formalidade das Portarias acima mencionadas.

Assim sendo, em se tratando de medidas técnicas necessárias, submetemos a presente matéria à consideração dos nobres Edis, invocando, à sua tramitação, a urgência de que trata o art. 83 da Lei Orgânica Ubaense.

Atenciosamente,



Antônio Carlos Jacob
Prefeito de Ubá



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI N.º 001/2002

Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal n.º 2.185 de 13 de setembro de 1991, que institui o Fundo Municipal de Saúde de Ubá, retificando a forma dos controles contábeis do Fundo Municipal de Saúde.

O Povo do Município de Ubá, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Inciso V do Art. 3º da Lei Municipal n.º 2.185 de 13 de setembro de 1991, passa a vigorar com a redação que segue:

Art. 3º (...)

“ V – Consolidar à Contabilidade Geral do Município as demonstrações contábeis mencionadas no inciso anterior.”

Art. 2.º Os Incisos II, III e IV do Art. 4º, da Lei Municipal n.º 2.185 de 13 de setembro de 1991, passam a vigorar com as redações que seguem:

Art. 4º (...)

“II – Manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, referentes a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo, conjuntamente com a Contabilidade Geral do Município”;

“III – Manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao Fundo Municipal de Saúde, conjuntamente com o inventário Geral”;

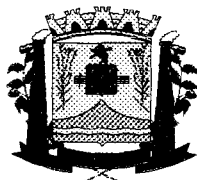
“IV – Consolidar à Contabilidade Geral do Município:

- a) Mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;*
- b) mensalmente, os inventários de estoques de medicamentos e de instrumentos médicos;*
- c) anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis e o balanço geral do Fundo”*

Art. 3º O Caput do Art. 5º e o seu Inciso VI, da Lei Municipal n.º 2.185 de 13 de setembro de 1991, passam a vigorar com a redação que segue:

“Art. 5º – São receitas vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde.

VI - Recursos do Tesouro Municipal depositados em conta específica do Fundo Municipal de Saúde, na forma do §3º do Art. 77 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.”



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 4º O Caput do Art. 6º Lei Municipal nº. 2.185 de 13 de setembro de 1991, passa a vigorar com a redação que segue:

“Art. 6º – Constituem Ativos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde.”

Art. 5º O Art. 8º Lei Municipal nº. 2.185 de 13 de setembro de 1991, passa a vigorar com a redação que segue:

“Art. 8º – Constituem passivos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde, as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha assumir para manutenção e o funcionamento do sistema municipal de saúde”.

Art. 6º O Art. 9º Lei Municipal nº. 2.185 de 13 de setembro de 1991, passa a vigorar com a redação que segue:

“Art. 9º – A Contabilidade Geral do Município, assim como a parte vinculada ao Fundo Municipal de Saúde, tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do sistema municipal de saúde, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.”

Art. 7º O Art. 11 Lei Municipal nº. 2.185 de 13 de setembro de 1991, passa a vigorar com a redação que segue:

“Art. 11 – A escrituração contábil será consolidada com a do Município e de acordo com o método de partidas dobradas.”

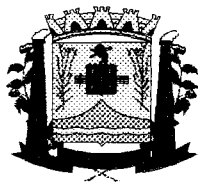
Art. 8º O §2º do Art. 11 Lei Municipal nº. 2.185 de 13 de setembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§2º - Entende-se por relatórios de gestão os balancetes mensais de receita e de despesas vinculadas ao fundo Municipal de Saúde e demais demonstrações exigidas pela Administração e pela legislação pertinente.”

Art. 9º O Art. 12 Lei Municipal nº. 2.185 de 13 de setembro de 1991, e seu parágrafo único passam a vigorar com as redações que seguem:

“Art. 13 – Até 30 (trinta) dias após a promulgação da Lei Orçamentária, o Secretário Municipal de Fazenda estabelecerá o quadro de cotas mensais e o cronograma de execução mensal de desembolso, incluindo o Fundo Municipal de Saúde.”

“Parágrafo Único – As cotas mensais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite fixado no orçamento e o comportamento da sua execução.”



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 10 - O Caput do Art. 14 Lei Municipal nº. 2.185 de 13 de setembro de 1991, passa a vigorar com a redação que segue:

“Art. 14 – As despesas vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde se constituirão de:”

Art. 11 Esta lei em vigor na data de sua publicação, ficando convalidadas todas as ações e métodos contábeis adotados a partir de 1º de janeiro de 2002.

Ubá, MG, 15 de fevereiro de 2002.

Antônio Carlos Jacob
Prefeito de Ubá